

**1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 - Trata-se de processo para Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para realização de Procedimentos Clínicos - Grupo 03, Terapias Especializadas - Subgrupo 09, Terapias do Aparelho Geniturinário - Forma de Organização 03, Litotripsia Extracorpórea, acrescido de Consulta Médica em Atenção Especializada - Código 03.01.01.007-2, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), a ser remunerado de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM/SIGTAP/SUS.

1.2 - Considerando que saúde é de natureza essencial.

1.3 - Considerando a Constituição Federal, que em seu Artigo 196, aponta a saúde como dever do Estado.

1.4 - Considerando que para tal cumprimento se faz necessária a oferta de ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde da população.

1.5 - Considerando que para tal cumprimento também se faz necessária a aquisição de bens e serviços.

1.6 - Considerando que a urolitíase é uma doença extremamente comum, conhecida popularmente como pedras nos rins ou cálculo renal. Seu nome popular se dá pelo fato de que no interior dos rins ou nas vias urinárias formam-se como se fossem "pedras" em decorrência do acúmulo de substâncias minerais presentes na urina.

1.7 - Considerando que a urolitíase causa dor intensa e pode levar a obstrução da drenagem de urina e, em casos mais graves, infecção e insuficiência renal.

1.8 - Considerando que a Litotripsia Extracorpórea por Ondas de Choque (LECO) consiste na fragmentação de "pedras" urinárias através da energia gerada pelo aparelho da litotripsia. Os fragmentos são posteriormente eliminados pelo organismo, durante a micção.

1.9 - Considerando que a litotripsia é uma abordagem terapêutica eficaz, além de ser relativamente segura e não invasiva, não necessitando de anestesia e incisão, podendo assim evitar a cirurgia.

1.10 - Considerando que o município não conta na rede pública com número de profissionais suficientes para atendimento à demanda.

1.11 - Considerando que o município não conta na rede pública com estruturas física e tecnológica suficientes para atendimento à demanda.

1.12 - Desta forma, torna-se imprescindível o edital de credenciamento para efetivação desta máxima.

**2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.**

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 - O Plano de Contratações Anuais foi dispensado por meio do Decreto no 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa no 04/2022 (0015231284), sendo necessária sua elaboração somente no exercício de 2024, porém, até a data de elaboração deste documento, a Administração Municipal não divulgou o Plano de Contratações Anual do exercício de 2024.

2.2 - Registra-se que a contratação está prevista no plano de ações da Secretaria Municipal de Saúde de Joinville para o ano de 2024.

**3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

**3.1 - Requisitos para o credenciamento:**

3.1.1 - Trata-se de processo para Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para realização de Procedimentos Clínicos - Grupo 03, Terapias Especializadas - Subgrupo 09, Terapias do Aparelho Geniturinário - Forma de Organização 03, Litotripsia Extracorpórea, acrescido de Consulta Médica em Atenção Especializada - Código 03.01.01.007-2, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), a ser remunerado de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM/SIGTAP/SUS.

3.1.2 - A Secretaria de Saúde credenciará todos os interessados que preencherem as condições e exigências do edital de credenciamento, sendo que inexistirá a possibilidade de discussão entre as partes acerca das cláusulas contratuais.

3.1.3 - Não haverá número mínimo ou máximo de credenciados.

3.1.4 - Poderão participar do certame pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos do município de Joinville, legalmente constituídas, com capacidade técnica, idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal e que satisfaçam as condições e exigências do edital de credenciamento e da legislação.

3.1.5 - A participação implica automaticamente na aceitação integral e irretroatável de todas as condições e exigências do edital de credenciamento e da legislação e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

**3.2 - Não será admitido para o credenciamento:**

3.2.1 - Cujos sócios, diretores ou gerentes sejam servidores ou dirigentes da Prefeitura Municipal de Joinville.

3.2.2 - Que tenha sido punido com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Joinville.

3.2.3 - Que tenha sido declarado inidôneo por qualquer órgão público Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

3.2.4 - Em falência ou concordata, que se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

3.2.5 - Hospitais contratualizados por meio de convênios firmados com a Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Joinville.

3.2.6 - Não será admitida a subcontratação do objeto, salvo mediante autorização expressa da Administração.

### **3.3 - Gestão:**

3.3.1 - A CREDENCIADA terá 05 (cinco) dias úteis, a partir da emissão da ordem de serviço eletrônica e da concessão dos acessos e permissões ao módulo prestador do sistema de gestão, para disponibilizar ao Serviço de Regulação da Secretaria Municipal da Saúde de Joinville, no sistema, a oferta de vagas para o agendamento dos usuários, com data, hora e endereço para realização do atendimento.

3.3.2 - A prestação de serviços deverá iniciar, em todos os seus termos, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço eletrônica.

3.3.3 - O edital de credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado.

3.3.4 - A presente contratação será um serviço contínuo, cujo prazo será de 24 (vinte e quatro) meses de execução, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021.

3.3.5 - O prazo de vigência contratual será de 26 (vinte e seis) meses de vigência, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

### **3.4 - Cronograma:**

3.4.1 - O edital de credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado.

3.4.2 - O edital de credenciamento trata de um objeto de serviço contínuo.

3.4.3 - O contrato terá prazo de execução de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos.

### **3.5 - Pagamentos:**

3.5.1 - Os valores deverão estar em conformidade com a Programação Físico-Orçamentária.

3.5.2 - A Programação Físico-Orçamentária poderá ser revista a qualquer momento, considerando que a modalidade de credenciamento prevê a inclusão de novos prestadores.

3.5.3 - Os procedimentos e valores constam na "Tabela de Procedimentos" e na "Tabela de Valores" do edital de credenciamento.

3.5.4 - Não serão aceitas quaisquer alegações que visem o ressarcimento de valores não considerados no edital de credenciamento.

3.5.5 - Poderá haver acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

3.5.6 - Para fins de pagamentos, o prestador deverá apresentar comprovação de regularidade trabalhista, previdenciária e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), além de outros documentos que comprovem a regularidade jurídico-fiscal.

3.5.7 - O pagamento será efetuado de acordo com as medições apresentadas mensalmente, sendo que as medições deverão refletir apenas os serviços solicitados por profissionais da Prefeitura Municipal de Joinville e efetivamente prestados.

3.5.8 - Em caso de atraso na entrega das medições, o pagamento será retardado proporcionalmente, sem que haja direito a juros ou qualquer valor adicional.

3.5.9 - Poderão ser incluídos ao edital novos procedimentos, conforme atualização da Tabela SIGTAP/SUS e publicação de errata.

3.5.10 - O reajuste será concedido na mesma proporção em que houver sido atualizada a Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM SIGTAP/SUS, em conformidade com o Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde, após a publicação no Diário Oficial da União. Não serão concedidos reajustes anuais.

3.5.11 - O reajuste será aplicado uniformemente a todos os credenciados, independente da data de assinatura do contrato.

### **3.6 - Documentos para credenciamento:**

3.6.1 - Alvará sanitário vigente.

3.6.1.1 - Na desobrigação do item anterior, apresentar Documento de Dispensa de Alvará Sanitário emitido pela Unidade de Vigilância Sanitária do Município.

3.6.2 - Comprovação de inscrição e atualização dos dados e requisitos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

3.6.3 - Comprovação de inscrição da unidade e dos profissionais no respectivo órgão de classe, cuja situação deverá estar ativa e regular.

3.6.4 - Comprovação de que o responsável técnico integra o quadro permanente de funcionários, o que deverá ser feito mediante apresentação de carteira de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social.

3.6.5 - Solicitação formal de credenciamento (Solicitação de Credenciamento - ver anexo), indicando os procedimentos para os quais solicita o credenciamento

3.6.6 - Declaração de Aceitação dos Preços (ver anexo).

3.6.7 - Declaração de disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal (ver anexo).

3.6.8 - Declaração com horários e capacidade mensal da oferta (Modelo de Capacidade de Oferta - ver anexo).

3.6.9 - Declaração com relação de equipamentos (especificar e quantificar), contendo marca, modelo e número de registro na ANVISA, quando obrigatório.

3.6.10 - Atestado de Capacidade Técnica, de prestação de serviço compatível com o quantitativo do(s) item(ns), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

3.6.11 - Comprovação de que o responsável técnico possui vínculo com o proponente, que deverá ser feito mediante a apresentação de Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social

### **3.7 - Descredenciamento:**

3.7.1 - Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Joinville descredenciar, por meio da Comissão Acompanhamento e Fiscalização por:

3.7.1.1 - Descumprimento de quaisquer condições e exigências do edital de credenciamento.

3.7.1.2 - Inexecução total ou parcial das condições e exigências do edital de credenciamento.

3.7.1.3 - Inexecução de quaisquer dos serviços sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

3.7.1.4 - Cobrança ou recebimento de qualquer valor de terceiros.

3.7.1.5 - Atentar contra os princípios da Administração Pública.

3.7.1.6 - Revogar o edital de credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização, mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.

3.7.1.7 - Em todos os casos, a ampla defesa está garantida.

3.7.1.8 - O prestador também poderá requerer seu descredenciamento, por meio de

declaração apresentada à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias corridos, mas garantindo-se a prestação de todos os serviços até a data da revogação.

### **3.8 - Obrigações da CREDENCIADA:**

3.8.1 - Deverá cumprir todas as condições e exigências do edital de credenciamento, legislação e Resolução CFM nº 1.674/2003 ("*Considera a Litotripsia Extracorpórea por Onda de Choque um ato médico e estabelece critérios para sua realização*").

3.8.2 - A CREDENCIADA deverá zelar pela qualidade dos serviços prestados, obrigando-se ainda a manter, durante toda a vigência do "Contrato", as condições de habilitação e de qualificação exigidas, incluindo manutenção e assistência técnica dos equipamentos necessários para a execução dos serviços.

3.8.3 - Deverá atender aos usuários com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação de seus serviços, conforme a Portaria nº 1/2017 que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da Saúde.

3.8.4 - Deverá afixar aviso em local visível de sua condição de entidade integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), constando a gratuidade dos serviços prestados.

3.8.5 - Deverá entregar, quando solicitado pelo usuário ou responsável, documento comprobatório de que a assistência foi prestada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sem custos adicionais.

3.8.6 - Deverá responsabilizar-se integralmente por danos causados, ação ou omissão aos usuários, aos funcionários e a terceiros em caso de acidentes durante a prestação dos serviços.

3.8.7 - Deverá responsabilizar-se integralmente pelos funcionários, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício.

3.8.8 - Deverá apresentar, sempre que solicitado, relatórios e indicadores de atividades que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, os serviços prestados.

3.8.9 - Deverá executar o objeto em sua totalidade.

3.8.10 - Deverá se responsabilizar por todas as despesas necessárias à execução do objeto.

3.8.11 - Deverá proceder às correções que se tornarem necessárias à perfeita execução do objeto.

3.8.12 - Deverá iniciar a oferta de vagas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do contrato e da concessão dos acessos e permissões.

3.8.13 - Deverá iniciar os serviços em todos os seus termos em até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do contrato.

3.8.14 - Deverá enviar a grade de horários de agendamento, até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente, para, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos.

3.8.15 - Deverá prestar serviço a todos os usuários que forem devidamente autorizados, agendados e encaminhados com "Protocolo de Agendamento" pela Secretaria de Saúde.

3.8.16 - Deverá apresentar até o 5º (quinto) dia útil do mês, os "Protocolos de agendamento" e demais documentos que possam ser solicitados pela Secretaria de Saúde.

3.8.17 - Deverá se responsabilizar pela criação e manutenção da agenda, recepção do usuário, baixa do procedimento realizado, fechamento da produção e emissão de laudos, respeitando os prazos previstos.

3.8.18 - Deverá comunicar imediatamente ou até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, a inexecução de qualquer dos serviços.

3.8.19 - Deverá justificar por escrito ao Gestor do Contrato (por e-mail), em até 3 (três) dias corridos, a inexecução de qualquer dos serviços e, em até 15 (quinze) dias corridos, solucionar a questão. O Gestor do Contrato junto a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização analisará a justificativa e poderá repassar o objeto para outro prestador.

3.8.20 - Deverá comunicar e justificar por escrito (e-mail), com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, sobre a impossibilidade temporária ou redução da oferta de qualquer dos serviços, salvo nas situações de infortúnio, cujo comunicado deverá ser imediato.

3.8.21 - Deverá comunicar e justificar por meio de Comunicação Oficial assinada e protocolada, ao Gestor do Contrato, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias corridos, sobre a alteração definitiva da capacidade instalada ou da oferta de qualquer dos serviços. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização analisará a justificativa e poderá revogar o credenciamento.

### **3.9 - Obrigações da CREDENCIADA específicas do objeto:**

3.9.1 - Local: Localizado no município de Joinville. Legalmente destinado a esta finalidade e que cumpra a exigências sanitárias e as normas regulamentadoras vigentes. Também deverá oferecer ambiente acolhedor, além de estar adequado aos usuários com deficiência, conforme as normas de acessibilidade vigentes.

#### **3.9.2 - Equipe mínima:**

3.9.2.1 - Médico responsável técnico devidamente registrado e regular no órgão de classe e também com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Urologia.

3.9.2.2 - Todos os médicos que atuarem no contrato deverão estar devidamente registrados e regulares no órgão de classe e também com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Urologia no estado de Santa Catarina.

3.9.2.3 - O médico assistente poderá ser o responsável técnico.

3.9.2.4 - A CREDENCIADA deverá dispor de equipe de apoio suficiente para atender ao objeto.

3.9.2.5 - Toda equipe que atuará no contrato deverá estar cadastrada no CNES da empresa.

3.9.2.6 - Para efeitos da composição da equipe, consideram-se profissionais da CREDENCIADA os membros do seu corpo clínico, os profissionais que tenham vínculo de emprego com a CREDENCIADA, os profissionais autônomos que, eventual ou constantemente, prestam serviços à CREDENCIADA, se por esta são autorizados.

3.9.2.6.1 - Equipara-se ao profissional autônomo a empresa, a cooperativa, o grupo, a sociedade ou o conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área da saúde.

3.9.2.7 - Todos os médicos que atuarem no credenciamento deverão ser previamente autorizados pela CREDENCIANTE.

3.9.3 - Equipamentos e outros: O equipamento de onda de choque deverá estar devidamente registrados na ANVISA. Estrutura essencial, conforme o "Roteiro de Visita Técnica" (ver anexo) e CFM.

3.9.4 - Capacidade instalada: Será estimada levando-se em consideração a carga horária dos profissionais, o número de equipamentos e a duração do objeto preconizada ou estimada pelo Ministério da Saúde, Associação/Colégio de Especialidade, Órgão de Classe e/ou literatura.

3.9.5 - As consultas médicas em atenção especializada (CBO 225285 Médico Urologista) deverão ser realizadas e apresentadas no início do tratamento (consulta inicial), exceto quando do procedimento subsequente (03.09.03.010-2 ou 03.09.03.011-0). Também está prevista uma consulta de retorno para avaliação de procedimento subsequente.

3.9.6 - A consulta de retorno ficará condicionada à realização de exame de imagem o qual será solicitado pela CREDENCIADA no Sistema de Gestão do Município e ofertado pela CREDENCIANTE, acordado entre as partes.

3.9.7 - O tratamento subsequente (procedimentos 03.09.03.010-2 e 03.09.03.011-0) deverá ter, no mínimo, 10 (dez) dias de intervalo e não inclui consulta médica.

3.9.8 - Deverá executar o objeto (litotripsia) em sua totalidade e para usuários de todas as idades (adultos e crianças), não podendo se negar a prestar quaisquer dos serviços sem justificativa aceita pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

3.9.9 - A CREDENCIADA deverá corrigir e/ou refazer os serviços que apresentar qualquer irregularidade ou que estejam em desacordo com o Termo de Referência, sem ônus para a CREDENCIANTE, bem como que seja indicado o prazo para tal correção.

3.9.10 - A CREDENCIADA deverá cumprir as normas referentes à Saúde e Segurança do Trabalho seguindo legislações vigentes de âmbito federal, estadual e municipal.

3.9.11 - O recebimento provisório ocorrerá na baixa do procedimento, conforme descrito no fluxo de operação do sistema (**Sistema de informação eletrônico**).

3.9.11.1 - - O recebimento definitivo ocorrerá na entrega Boletim de Produção Ambulatorial (BPA) e conferências dos laudos.

3.9.11.2 - O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da CREDENCIADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação.

3.9.11.3 - Se a CREDENCIANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os serviços não correspondem ao exigido no Termo de Referência, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a CREDENCIADA deverá providenciar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações do contrato, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

### **3.10 - Sistema de informação eletrônico:**

3.10.1 - O prestador deverá registrar todos os atendimentos realizados em prontuário eletrônico e nos sistemas de informação definidos pela Secretaria de Saúde, conforme Conselhos de Classe, Portaria de Consolidação MS/GM nº 01/2017, Título I, e Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 63, de 25 de novembro de 2011.

3.10.2 - O prestador deverá dispor de no mínimo 1 (hum) computador contendo navegador Google Chrome ou Mozilla Firefox na versão mais atualizada.

3.10.3 - Da instalação do sistema: o sistema rodará em plataforma WEB e está homologado para uso nos browsers Google Chrome e Mozilla Firefox, preferencialmente de versões mais atualizadas. Faz-se necessária uma ativação de cada estação para que a mesma possa estar autorizada para uso. Esta ativação será realizada pela equipe de suporte da Área de Tecnologia da Informação da Secretaria da Saúde.

3.10.4 - Das permissões e acessos: os acessos e permissões ao módulo prestador do sistema de gestão serão realizados pela equipe de suporte da Área de Tecnologia da Informação da Secretaria da Saúde, desde que todo o cadastro do prestador esteja devidamente atualizado, com todos os profissionais de saúde e da área administrativa vinculados ao CNES.

3.10.5 - Do fluxo de operação do sistema (módulo prestador):

3.10.6 - Da criação e manutenção de agenda: o prestador deverá gerar diretamente no sistema a sua oferta de vagas em formato de agenda, até o limite estipulado em contrato, definindo dias e horários para realização dos atendimentos. A manutenção destas vagas, bem como as possíveis manipulações de datas, horários e tempo de atendimento do paciente ficarão a cargo do prestador. O sistema fará o controle a partir das baixas realizadas pelo prestador, considerando o teto mensal financeiro e/ou físico estipulado em contrato.

3.10.7 - Da recepção do usuário: o prestador fará a recepção do usuário no sistema a partir da digitação da chave de acesso gerada no protocolo de agendamento que será apresentado pelo paciente no dia do atendimento.

3.10.8 - Da baixa do procedimento realizado: após realizado o atendimento, o prestador deverá dar baixa no sistema para que assim seja gerado seu Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), ou seja, a produção será contabilizada a partir das baixas realizadas. É obrigação do prestador que a baixa seja efetuada no mesmo dia em que o paciente tenha sido atendido.

3.10.9 - Do fechamento da produção: o prestador deverá fechar sua produção no Sistema Integrado de Gestão no primeiro dia útil do mês subsequente ao de atendimento.

3.10.10 - A critério da CREDENCIANTE, poderá ser exigido que a CREDENCIADA insira o laudo no Sistema Integrado de Gestão do município.

3.10.10.1 - Do lançamento dos laudos emitidos: no caso de procedimentos que exijam laudo, o prestador deverá digitar manualmente cada laudo no Sistema de Gestão da Secretaria da Saúde para que estas informações estejam disponíveis no Prontuário Eletrônico do paciente. Para não haver a necessidade de digitação manual do laudo no sistema, o prestador poderá optar pela integração do seu sistema com o Sistema da Secretaria da Saúde. Para fazer esta integração, o prestador deverá seguir o Manual iPSO - Guia de Integração LIS que detalha todo processo. As despesas de implementação e homologação desta integração são de exclusiva responsabilidade do prestador.

3.10.11 - Dos procedimentos para faturamento no sistema:

3.10.11.1 - Boletim de Produção Ambulatorial (BPA): fica dispensado o envio eletrônico destes arquivos para a Secretaria da Saúde, uma vez que todo processo de faturamento será feito de forma central diretamente no sistema pela equipe interna da Secretaria da Saúde a partir dos procedimentos que forem baixados eletronicamente no Sistema Integrado de Gestão da Secretaria da Saúde.

3.10.11.2 - Autorização de Procedimentos Ambulatoriais (APAC): procedimentos que exigem registro em APAC deverão ser lançados no Sistema Integrado de Gestão da Secretaria da Saúde, incluindo a digitação e/ou integração do laudo. Porém, a produção deverá ser digitada e apresentada via sistema APAC MAGNÉTICO do Ministério da Saúde.

3.10.11.3 - Envio da Produção ao Ministério da Saúde: O arquivo gerado pelo Sistema Integrado de Gestão da Secretaria da Saúde será importado no Sistema de Faturamento do Ministério da Saúde e a apuração da produção será feita baseada nos relatórios deste sistema.

3.10.11.4 - Eventuais inconsistências (erros e/ou bloqueios) no arquivo de produção deverão ser sanadas em até 2 (dois) dias corridos.

### **3.11 - Obrigações da CREDENCIANTE:**

3.11.1 - Deverá cumprir e fazer cumprir todas as condições e exigências do edital de credenciamento e da legislação.

3.11.2 - Deverá prestar todas as informações necessárias que venham a ser solicitadas sobre o edital de credenciamento.

3.11.3 - Deverá conceder todos os acessos e permissões necessários para a utilização dos sistemas de informação.

3.11.4 - Deverá acompanhar e fiscalizar o cumprimento de todas as condições e exigências do edital de credenciamento e da legislação.

3.11.5 - Deverá controlar, avaliar e auditar a prestação dos serviços e os relatórios apresentados.

3.11.6 - Deverá efetuar o pagamento em conformidade com o edital de credenciamento, desde que cumpridas todas as condições e exigências.

3.11.7 - Deverá notificar sobre inexecução, falha ou irregularidade dos serviços.

3.11.8 - Deverá intervir no objeto, se necessário, visando proteger o interesse público.

3.11.9 - Deverá realizar o agendamento respeitando o sistema de rodízio e a territorialização (**local mais próximo ao paciente**). Havendo mais de um prestador credenciado, a distribuição da demanda será realizada de maneira igualitária.

3.11.9.1 - Os agendamentos serão realizados pela CREDENCIANTE, diretamente no sistema, em forma de rodízio **em cada agendamento**, respeitando a lista de espera.

### 3.12 - Laudos:

3.12.1 - A CREDENCIADA deverá apresentar laudo contendo, no mínimo, três dados de identificação do usuário, procedimento(s) realizado(s), região(ões) analisada(s), técnica empregada, parte expositiva e outra conclusiva.

3.12.2 - A disponibilização das imagens e do laudo poderá ser realizada em meio físico ou eletrônico. A CREDENCIADA deverá disponibilizar os laudos e respectivas imagens em até 5 (cinco) dias úteis a partir da data da realização do exame. Sempre que solicitado pelo paciente, a CREDENCIADA deverá disponibilizar as imagens e laudo em meio físico.

### 3.13 - Do Sistema de Rodízio:

3.13.1 - Havendo mais de um credenciado, a prestação dos serviços ocorrerá em sistema de rodízio, sendo alternado o fornecedor a cada usuário indicado para procedimento, observada a sua capacidade instalada de atendimento.

3.13.2 - A ordem de rodízio será definida **pela ordem de protocolo da Documentação de Habilitação**, sendo considerado o último protocolo realizado, ou seja, havendo a necessidade de ajuste ou complementação da documentação, será considerado o último protocolo da última Documentação de Habilitação apresentada/complementada/ajustada.

3.13.3 - Os novos credenciados passarão a integrar o sistema de rodízio como últimos da lista de espera, ainda que os demais credenciados já tenham prestado serviço alguma vez.

3.13.4 - Será respeitada a fila de espera atual, de acordo com a classificação de urgência, prioridade e rotina, conforme Portaria 252/2021/SMS (0010451645), ou na forma de outro ato normativo que a substitua.

3.13.5 - Os pacientes agendados mensalmente serão comunicados pela Secretaria Municipal da Saúde de Joinville e deverão retirar o protocolo de agendamento no local indicado pelo operador do aviso. Este documento deverá ser apresentado, obrigatoriamente, no dia da realização do atendimento.

3.13.6 - Os usuários que porventura faltarem ao atendimento sairão da fila de espera, conforme Portaria 252/2021/SMS (SEI 0010451645) ou na forma de outro ato normativo que a substitua, salvo motivo justificado.

### 3.14 - Visita Técnica

3.14.1 - A CREDENCIANTE realizará visitas às instalações dos serviços interessados visando emitir parecer técnico sobre os aspectos relativos às condições de atendimento, capacidade instalada, segurança, aparelhagem, corpo funcional e técnico, em consonância aos critérios exigidos na legislação e itens elencados no edital.

3.14.2 - A capacidade instalada será estimada levando-se em consideração a carga horária dos profissionais, o número de equipamentos, o tempo de atendimento proposto pelo prestador, a duração do procedimento preconizada ou estimada pelo Ministério da Saúde, Associação/Colégio de Especialidade, Órgão de Classe e/ou literatura.

3.14.3 - A visita técnica será realizada seguindo roteiro, conforme anexo - Roteiro de Visita Técnica.

3.14.4 - Os critérios de análise e o roteiro de visita poderão ser alterados para incluir as novas legislações que possam surgir, bem como para adequação às alterações das legislações até o presente momento aplicadas no credenciamento.

### 3.15 - Critérios e Práticas de Sustentabilidade

3.15.1 - Quando cabível, a CREDENCIADA deverá realizar o descarte dos resíduos decorrentes da execução da contratação, bem como a e/ou a logística reversa dos produtos.

### 3.16 - Padrão de Qualidade e Desempenho

3.16.1 - Deverão ser atendidos, no mínimo neste sentido:

- a) As especificações para o(s) serviço(s) previstas no presente Documento;
- b) Cumprimento dos prazos, horários e locais para os serviços previstos no presente no documento;
- c) Cumprir com as obrigações dispostas no presente documento;
- d) Cumprir com a documentação, quando cabível, dispostas no presente documento.

## ANEXOS

### ANEXO I - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_,

DECLARA que cumpre o disposto no Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) Sim ( ) Não

Joinville, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Diretor, Sócio-Gerente ou Representante

---

## ANEXO II - SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Solicitamos o Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para realização de Procedimentos Clínicos - Grupo 03, Terapias Especializadas - Subgrupo 09, Terapias do Aparelho Geniturinário - Forma de Organização 03, Litotripsia Extracorpórea, acrescido de Consulta Médica em Atenção Especializada - Código 03.01.01.007-2, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), a ser remunerado de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM/SIGTAP/SUS, no Município de Joinville, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), em conformidade com as Tabelas de Procedimentos e Valores, condições e exigências do edital de credenciamento. Temos pleno conhecimento que o deferimento do credenciamento/habilitação se dará após sua análise técnica e legal.

(Especificar códigos e procedimentos para os quais solicita o credenciamento)

Para fins de pagamento, informamos abaixo dados bancários:

Banco:

Nº da Agência:

Nº da Conta-corrente:

Para fins de contato, informamos abaixo e-mail e telefones:

E-mail:

Telefones:

Para fins de assinatura do contrato, informamos abaixo dados do representante legal:

Nome:

RG:

CPF:

Joinville, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Diretor, Sócio-Gerente ou Representante

---

## ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA sua aceitação aos preços praticados no edital de credenciamento nº \_\_\_\_\_, estando também ciente que o reajuste será concedido na mesma proporção em que houver sido atualizada a Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS e que não serão concedidos reajustes anuais.

Joinville, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Diretor, Sócio-Gerente ou Representante

---

## ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA estar ciente que deverá iniciar os serviços em todos os seus termos em até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do contrato. DECLARA ainda estar ciente que deverá dispor de instalações, aparelhamento e pessoal à perfeita execução do objeto. Em caso de dispensa, substituirá por profissional do mesmo nível e com qualificação compatível, sempre com a ciência da Secretaria da Saúde.

Relação de profissionais que atuarão no contrato:

Nome completo	Categoria profissional e Nº Registro	Especialidade e Nº Registro	Carga Horária Semanal Cadastrada no CNES	Carga Horária Semanal Disponibilizada para o Contrato
Obs: A carga horária cadastrada no CNES não poderá ser inferior à carga horária disponibilizada para o contrato.				

Relação de equipamentos:

Descrição	Quantidade	Descrição / Marca / Modelo
Equipamentos de litotripsia		
Recursos suficientes para o atendimento de emergências incluindo material para suporte respiratório, ressuscitação, monitorização e manutenção de vida, conforme Resolução CFM nº 1.674/2003.		

Joinville, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Diretor, Sócio-Gerente ou Representante

ANEXO V- MODELO DE CAPACIDADE DE OFERTA

Código	Descrição	Quantidade / Mês
03.09.03.010-2	LITOTRIPSIA EXTRACORPOREA (ONDA DE CHOQUE - TRATATAMENTO SUBSEQUENTE EM 1 REGIAO RENAL)	
03.09.03.011-0	LITOTRIPSIA EXTRACORPOREA (ONDA DE CHOQUE - TRATATAMENTO SUBSEQUENTE EM 2 REGIOES RENAIIS)	
03.09.03.012-9	LITOTRIPSIA EXTRACORPOREA (ONDA DE CHOQUE PARCIAL / COMPLETA EM 1 REGIAO RENAL)	
03.09.03.013-7	LITOTRIPSIA EXTRACORPOREA (ONDA DE CHOQUE PARCIAL / COMPLETA EM 2 REGIOES RENAIIS)	
03.01.01.007-2	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA (UROLOGISTA CBO: 225285)	

ANEXO VI - ROTEIRO DE VISITA TÉCNICA EM CLÍNICAS DE LITOTRIPSIA

Credenciamento de Prestadores dos Serviços de Saúde para realização de Litotripsia.
---

Este roteiro é um orientador dos itens que serão verificados durante a visita técnica, porém não limita as exigências previstas nas legislações vigentes, complementares e alterações.

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Nome empresarial:

CNES:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Análise documental:

Alvará Sanitário válido	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Avaliar prazo e atividades previstas
Inscrição do estabelecimento no CRM/SC válida	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Avaliar prazo e atividades previstas
Médico R.T. e médicos assistentes que atuarão no credenciamento regulares no CRM/SC e com RQE em SC, conforme edital	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Avaliar RQE conforme estabelecido na equipe mínima
Médicos devidamente cadastrados no CNES?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Verificar especialidade e carga horária
Cadastro no CNES atualizado?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Verificar equipamentos e serviço classificação
Registro dos procedimentos em prontuário	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	

Observações:

Equipamentos:

Equipamento de litotripsia	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Quantidade:
Recursos suficientes para o atendimento de emergências incluindo material para suporte respiratório, ressuscitação, monitorização e manutenção de vida.	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	

Observações:

Capacidade instalada:

Procedimentos por mês, levando em consideração quantidade de equipamentos, número de profissionais, tempo do equipamento, proposta da empresa, horário de atendimento. Será considerado, no mínimo, 60 minutos por paciente.

Eventuais limitações ou restrições:

Conclusão:

Apto ao credenciamento	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------	---------------------------------	---------------------------------

Equipe responsável pela visita técnica:

Responsável pelo estabelecimento que acompanhou a visita técnica:

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 - Para o credenciamento, a estimativa das quantidades serão obtidas, de modo geral, considerando-se o edital de credenciamento anterior (6604903).

4.2 - A quantidade estimada é de 1.400 (um mil e quatrocentos) procedimentos de litotripsia e 700 (setecentos) consultas com urologista para 12 meses de atendimento e 2.800 (dois mil e oitocentos) procedimentos de litotripsia e 1.400 (um mil e quatrocentos) consultas com urologista para 24 meses de atendimento. conforme Tabela de Procedimentos abaixo.



Código	Descrição	Quantidade/ 12 meses	Quantidade/ 24 meses
03.09.03.010-2	LITOTRIPSIA EXTRACORPOREA (ONDA DE CHOQUE - TRATAMENTO SUBSEQUENTE EM 1 REGIAO RENAL)	1.400	2.800
03.09.03.011-0	LITOTRIPSIA EXTRACORPOREA (ONDA DE CHOQUE - TRATAMENTO SUBSEQUENTE EM 2 REGIOES RENAI)		
03.09.03.012-9	LITOTRIPSIA EXTRACORPOREA (ONDA DE CHOQUE PARCIAL / COMPLETA EM 1 REGIAO RENAL)		
03.09.03.013-7	LITOTRIPSIA EXTRACORPOREA (ONDA DE CHOQUE PARCIAL / COMPLETA EM 2 REGIOES RENAI)		
03.01.01.007-2	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA (UROLOGISTA CBO: 225285)	700	1.400

## 5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 - As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são: concurso, processo seletivo, licitação e credenciamento.

5.1.1 - As modalidades concurso e processo seletivo tem impacto em relação ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece critérios e normas para a gestão responsável das finanças públicas, incluindo gastos com folha de pagamento. Outro impeditivo para tais modalidades é em relação à implantação de estruturas físicas e tecnológica de Litotripsia Extracorporea, o que além de onerar ainda mais o município, traria maior morosidade na disponibilidade dos serviços aos pacientes devido a necessidade da construção de estruturas físicas e aquisição dos equipamentos; assim, tais alternativas são inviáveis técnica e economicamente;

5.1.2 - A terceira possibilidade a ser analisada é a licitação, que consiste em uma modalidade de contratação por meio do qual a administração escolhe a proposta mais vantajosa; este procedimento se desenvolve através de atos administrativos vinculativos entre o licitante e o poder público oferecendo iguais condições a todos interessados, que desejam contratar com a administração pública. Para o objeto da presente contratação, tal modalidade é totalmente inviável pois esta caracteriza-se pela contratação de 1 (um) único prestador, e devido ao grande quantitativo de procedimentos a serem executados anualmente, não é tecnicamente possível que apenas um prestador execute todos os procedimentos elencados no presente processo;

5.1.3 - Acerca do credenciamento, este consiste em uma modalidade de contratação por meio do qual todos os interessados que preencham os requisitos do edital podem ser credenciados. Tal modalidade tem como vantagem a possibilidade de contratação de vários prestadores para um único objeto, ou seja, contratação paralela e não excludente, onde empresas localizadas em diversas regiões do município se prontificam a realizar os exames, facilitando o acesso dos pacientes aos serviços, sendo possível a realização dos procedimentos com menores deslocamentos, criando-se uma rede de serviços que possibilitará a territorialização dos atendimentos.

5.1.4 - Considerando as soluções de mercado supra elencadas e os elementos apresentados em cada opção, demonstra-se de forma inequívoca, que a modalidade de credenciamento universal é a única opção que atende as demandas do município. É importante destacar que a competição se torna inviável devido ao grande volume de procedimentos a serem contratados, além necessidade de dispor da maior rede possível de prestadores de serviços, o que possibilitará a implementação da territorialização dos atendimentos.

5.1.5 - Registra-se que a modalidade Credenciamento está prevista no inciso I do artigo 115 da Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), aprovada pelo Decreto n.º 51.742/2022 (0015231852), e, diante do cenário exposto, caracteriza-se o interesse da Administração Municipal em contratar um maior número de prestadores de serviço.

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Para o credenciamento, a estimativa dos valores serão obtidos, de modo geral, considerando-se os valores da tabela SIGTAP/SUS, conforme edital de credenciamento anterior (6604903).

6.2 - O valor estimado é de R\$ 232.750,00 (duzentos e trinta e dois mil e setecentos e cinquenta reais) para 12 meses de atendimento e R\$ 465.500,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos reais) para 24 meses de atendimento, conforme Tabela de Valores abaixo.

Código	Descrição	Qtde/ 12 meses	Qtde/ 24 meses	Tabela SIGTAP	Valor Médio	Valor/12 meses	Valor/ 24 meses
03.09.03.010-2	LITOTRIPSIA EXTRACORPOREA (ONDA DE CHOQUE - TRATAMENTO SUBSEQUENTE EM 1 REGIAO RENAL)			172,00			
03.09.03.011-0	LITOTRIPSIA EXTRACORPOREA (ONDA DE CHOQUE - TRATAMENTO SUBSEQUENTE EM 2			150,50			

	REGIOES RENAI5)	1.400	2.800		161,25	R\$ 225.750,00	R\$ 451.500,00
03.09.03.012-9	LITOTRIPSIA EXTRACORPOREA (ONDA DE CHOQUE PARCIAL / COMPLETA EM 1 REGIAO RENAL)			172,00			
03.09.03.013-7	LITOTRIPSIA EXTRACORPOREA (ONDA DE CHOQUE PARCIAL / COMPLETA EM 2 REGIOES RENAI5)			150,50			
03.01.01.007-2	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA (UROLOGISTA CBO: 225285)	700	1.400	10,00	10,00	R\$ 7.000,00	R\$ 14.000,00
	<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 232.750,00</b>	<b>R\$ 465.500,00</b>

## 7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 - Para atender a necessidade da contratação da Administração, que consiste na disponibilização de exames de Litotripsia Extracorpórea para os usuários do SUS, após a análise das soluções de mercado elencadas no subitem 5- Levantamento de Mercado e considerando-se as elementos dispostos em cada opção, demonstra-se que a única solução para atendimento ao interesse público envolvido é o "Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para realização de Procedimentos Clínicos - Grupo 03, Terapias Especializadas - Subgrupo 09, Terapias do Aparelho Geniturinário - Forma de Organização 03, Litotripsia Extracorpórea, acrescido de Consulta Médica em Atenção Especializada - Código 03.01.01.007-2, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), a ser remunerado de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM/SIGTAP/SUS". Importante destacar que em tal modelo de contratação, para a prestação dos serviços, as futuras credenciadas são responsáveis inclusive pela manutenção e assistência técnica relacionada aos equipamentos necessários para a execução dos serviços, exigências estas que inclusive são descritas no presente estudo, dentre as obrigações da CREDENCIADA.

## 8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 - Trata-se de processo para Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para realização de Procedimentos Clínicos - Grupo 03, Terapias Especializadas - Subgrupo 09, Terapias do Aparelho Geniturinário - Forma de Organização 03, Litotripsia Extracorpórea, acrescido de Consulta Médica em Atenção Especializada - Código 03.01.01.007-2, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), a ser remunerado de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM/SIGTAP/SUS, no Município de Joinville, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

8.2 - Considerando que a litotripsia é uma abordagem terapêutica eficaz, além de ser relativamente segura e não invasiva, não necessitando de anestesia e incisão, podendo assim evitar a cirurgia.

8.3 - Considerando que a mesma pessoa que realiza o procedimento de litotripsia também consulta com médico urologista.

8.4 - Considerando que é inviável a pessoa que realiza litotripsia e também consulta com médico urologista se deslocar para diferentes prestadores.

8.5 - Considerando que existem no mercado prestadores capazes de executar o objeto em sua totalidade, não existindo aumento da competitividade ao dividir o objeto.

8.6 - Considerando que o objeto se trata de um serviço contínuo.

8.7 - Considerando que o contrato terá prazo de execução de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por até 10 anos.

8.8 - Desta forma, o objeto é indivisível e deve ser executado em sua totalidade pelos prestadores habilitados no edital de credenciamento.

## 9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 - Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões. No caso, busca-se suprir o setor da saúde com a contratação de ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde da população.

## 10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 - A Secretaria da Saúde dispõe de servidores com experiências técnicas e conhecimento acerca do serviço a ser prestado, confirmado por meio do acompanhamento dos contratos oriundos do Edital de Credenciamento Nº 402/2020 - (7828899).

10.2 - A Secretaria da Saúde dispõe de sistema que permite acompanhar a execução dos serviços.

10.3 - Serão indicados membros para fiscalização dos contratos. Em atendimento ao princípio da segregação de funções, observar-se-á que os membros da elaboração da fase preparatória não atuem como membros da comissão de fiscalização.

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste

campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 - Não há contratações correlatas e/ou interdependentes. Ademais, esclarecemos que foi realizada pesquisa nas Atas de Registro de Preços dos Consórcios com o mesmo objeto da presente requisição de compras, porém, não foi possível localizar processo com objeto semelhante que atendesse as especificações técnicas dessa Secretaria de Saúde. Em termos de interesse público, a Administração deve acima de tudo buscar a eficiência em suas contratações. Para tomar a decisão acerca da viabilidade e interesse público em participar ou aderir a uma Ata de Registro de Preços dos Consórcios é necessário avaliar vários fatores que não somente preços, mas se as condições propostas para contratação são realmente vantajosas para o Município, ou mesmo o completo atendimento pelo Consórcio do que determina à Lei para a fase preparatória, licitatória e executiva. Ainda, existem questões técnicas de processamento e apresentação da produção para o Ministério da Saúde que, muitas vezes, não são atendidas por meio da adesão de consórcios.

## 12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 - Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a CREDENCIADA deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

## 13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

13.1 - Identificação de riscos - Probabilidade (P):

a) Nível 1: Possibilidade de não haverem interessados no credenciamento.

b) Nível 1: Má execução contratual.

	Impacto (I)	
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5

13.2 - Análise de riscos - Impacto (I):

a) Nível 4: Possibilidade de não haverem interessados no credenciamento.

b) Nível 4: Má execução contratual.

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

### 13.3 - Avaliação de riscos - Probabilidade (P) \* Impacto (I):

a) Possibilidade de não haverem interessados no credenciamento - dos riscos encontrados, procedendo à ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como Médio.

b) Má execução contratual - dos riscos encontrados, procedendo à ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como Médio.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

### 13.4 - Tratamento de riscos:

a) Possibilidade de não haverem interessados no credenciamento:

Medidas: Mitigar/Transferir - a pesquisa de preços deverá considerar eventual possibilidade de oscilação da variação de preços, evidenciando os valores praticados atualmente no mercado, com vistas a prevenir não haverem interessados no credenciamento.

b) Má execução contratual:

Medidas: Mitigar/Transferir - instruir o processo de requisição de compras, da melhor maneira possível, com todos os elementos necessários, para que não reste dúvida ao(s) credenciado(s), sobre os requisitos da contratação, bem como suas obrigações e sanções decorrentes da futura contratação.

### 14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	X		Trata-se do modelo vigente.
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	X		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	X		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	X		

5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	X		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	X		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	X		

**14.1** - Com base nas informações obtidas ao longo deste estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento conclui que o credenciamento se apresenta como a única solução capaz de atender ao interesse público, às necessidades da Secretaria da Saúde e à demanda dos usuários do SUS. Ressalta-se que a viabilização de um modelo competitivo é impraticável, dada a imprescindibilidade de contar com a maior rede possível de prestadores de serviços. Essa abordagem permitirá a implementação da territorialização dos atendimentos e a formação e o fortalecimento de uma rede integrada de serviços de saúde.



Documento assinado eletronicamente por **Claudete Soethe de Quadros, Coordenador(a)**, em 19/03/2025, às 15:54, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Franci Maiara Machado, Gerente**, em 19/03/2025, às 17:03, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0024815388** e o código CRC **CB5F6F71**.

Rua Doutor João Colin, 2719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - [www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br)

24.0.088969-9

0024815388v17